



Revista

PSICOLOGIA  
&  
CONEXÕES



ISSN: 2595-7317  
2024

## Sobre a Edição

A Revista de Psicologia e Conexões da Estácio, edição 2024, explora temas inovadores e multidisciplinares que conectam a psicologia a outras áreas do conhecimento. Nesta edição, são abordados tópicos como saúde mental, neurociências, psicologia social e suas interseções com a educação, tecnologia e políticas públicas. Com contribuições de especialistas e pesquisadores, a revista oferece reflexões profundas e soluções práticas para os desafios contemporâneos da psicologia, promovendo um diálogo entre ciência, prática clínica e sociedade.

Pró Reitoria de Pesquisa, Extensão e Internacionalização  
Carolline Leal Ribas

## **Sumário**

1. Análise do discurso e psicanálise: o saber fazer do psicólogo na equipe do  
CREAS..... 04
2. Iniciação Científica - Conectados: Propensão à Nomofobia – Estudo de caso em  
uma Escola Profissionalizante de Belo Horizonte..... 29
3. Discursividades, representações e autonomia..... 48

## **Análise do discurso e psicanálise: o saber fazer do psicólogo na equipe do CREAS**

Juliana Marcondes Pedrosa de Souza

Fuad Kyrillos Neto

**Resumo:** O artigo é fruto da pesquisa de pós-doutorado que pretendeu investigar a prática do psicólogo nas equipes que acompanham os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Referência da Assistência Social em uma cidade do interior de Minas Gerais. Foi possível compreender que a escuta do sujeito inserido em um determinado contexto social se fazia especialmente em equipe e, as demandas e questões que chegam eram dirigidas aos diversos profissionais a partir das particularidades de sua área. Contudo, não necessariamente, havia a proposição de uma construção de caso que entrelace esses diversos discursos e saberes visando uma saída pelas experiências singulares desse adolescente que o direcionassem no Plano Individual de Atendimento. Frente a essas observações, nossa aposta pela orientação da Psicanálise e Análise de Discurso francesa objetivou entender as contribuições do saber fazer do psicólogo na equipe para refletir sobre as saídas possíveis ao adolescente focando os discursos que circulam frente aos fenômenos sociais e políticos.

**Abstract:** *This article results from a post-doctoral research that aimed to investigate the role of psychologists within teams that support adolescents fulfilling socio-educational measures in a Social Assistance Reference Center in a city in the state of Minas Gerais, Brazil. It was possible to understand that listening to the individual, inserted in a specific social context, was mainly carried out in a team, and the demands and issues raised were directed towards different professionals based on their areas of expertise. However, there was not necessarily an integrated case construction that interlaces these various discourses and knowledge to aim at an individualized exit through the unique experiences of each adolescent, which could guide them within their Individual Attendance Plan.*

*Based on these observations, this study, guided by Psychoanalysis and French Discourse Analysis, aimed to understand the contributions of the psychologist's "know-how" in the team to reflect on possible outcomes for the adolescent, focusing on the discourses surrounding social and political phenomena.*

**Palavras chaves:** Psicanálise; análise do discurso; adolescente em conflito com a lei

**Keyword :** *Psychoanalysis ;discourse analysis; teenager in conflict with the law*

O referido artigo é fruto de pesquisa de Pós-doutorado que pretendeu investigar a prática do psicólogo nas equipes que acompanham os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, no contexto das Políticas Públicas no Estado de Minas Gerais, tomando como objeto de estudo o trabalho dos psicólogos do CREAS em uma cidade da região das vertentes de Minas Gerais.

A unidade do CREAS pesquisado é formada por uma coordenadora com formação em serviço social e uma equipe composta por um psicólogo, uma assistente social e um analista jurídico. Tendo esse dispositivo como referência, realizamos entrevistas com a coordenadora, bem como os integrantes da equipe dentre eles o psicólogo, profissional alvo desta pesquisa. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas pela perspectiva da Análise de Discurso francesa.

Justamente por entendermos o hiato entre o universal da lei, ou seja, a proposição dos encaminhamentos previstos na legislação e o singular do caso que só pode ser trabalhado se escutado pela equipe, que optamos por entrevistar os profissionais utilizando a entrevista semi-estruturada baseada nos princípios de uma pesquisa qualitativa. Foram entrevistados três profissionais sendo eles a coordenadora do serviço, o psicólogo e a assistente social. Ressaltamos que a analista jurídica, no período das entrevistas, não estava na unidade do CREAS, portanto não conseguimos entrevistá-la.

As entrevistas partiram de questionamentos básicos, relacionados ao tema da pesquisa sobre o qual outras perguntas sucederam complementando o entendimento das informações de forma mais livre, para que as respostas oferecidas pelos entrevistados não

fossem padronizadas. (Demo, 1995). Dessa forma, tanto a coordenadora quanto os profissionais que compõem a equipe foram convidados a falar, tendo sua área de atuação como referencial para responder os questionamentos levantados. A entrevista semi-estruturada foi composta por três áreas sendo a primeira sobre o percurso pessoal de trabalho, a segunda sobre a frente de atuação do serviço com foco na execução das medidas socioeducativas e a terceira sobre a construção do caso em equipe com foco na especificidade de cada profissional e sua área de atuação.

O conhecimento prévio de cada profissional acerca do seu saber fazer nesses serviços foi a base para a compreensão das intervenções junto do adolescente, já que, interessou-nos investigar os efeitos da escuta do psicólogo nas equipes quando da proposição de um novo projeto de vida para o adolescente. Para tanto o projeto de pesquisa foi apresentado a Secretaria Municipal de Assistência Social do município para obtermos autorização para a realização da pesquisa com a equipe do CREAS do município.

Partindo do objetivo em refletir sobre o trabalho das equipes interdisciplinares, nos últimos anos temos acompanhado o investimento do Conselho Federal de Psicologia na construção de um saber fazer da psicologia nas Políticas Públicas sustentado por seus princípios éticos e políticos, com intuito de orientar as intervenções do profissional que atua nessas frentes. Um dos resultados desse investimento é o Centro **de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) responsáveis por pesquisar, construir e** articular os saberes da psicologia em interface com as políticas públicas no Conselho Federal e dos Conselhos Regionais. Seu objetivo é aprimorar a qualificação da atuação nessas políticas por meio de pesquisas e divulgação de informações sistematizadas acerca da prática profissional. A elaboração de documentos de referência técnica para a prática profissional se fez em vários âmbitos destacando a Referência Técnica para atuação de psicólogos (as) nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), publicado em 2012 com proposta de lançar luz às dificuldades que se colocavam na rotina de trabalho do psicólogo, desde questões relacionadas à ausência de supervisão, carência de formação à dificuldade de trabalhar em equipe e em rede. Todavia, é no cotidiano de trabalho que os profissionais têm descoberto as possibilidades e limites, principalmente no que se refere à escuta da subjetividade nesses contextos.

Embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado em 2005 (Brasil/MDS, 2005), aponta o trabalho interdisciplinar como metodologia de intervenção nos casos acompanhados nos serviços da Assistência Social, legitimando o lugar dos psicólogos nessas equipes, a escuta de fatores subjetivos ainda é despercebida em detrimento das questões sociais que impactam mais diretamente a garantia de direitos. Essa constatação nos faz pensar como pesquisas nessas áreas são fundamentais visto que a produção acadêmica, no campo da psicologia, em relação às temáticas da violência, da criminalidade e segurança pública embora seja explorada, tem como foco o adolescente e não o trabalho desses profissionais.

Decerto, destacamos o que Lévy (2001) nos aponta como a importante articulação entre sujeito, cultura e sociedade presente no cerne da atuação do psicólogo nesses serviços, que têm como objetivo maior a garantia de direitos violados ou negligenciados. Apesar do profissional do campo da psicologia atuar em uma política pública baseada em direitos, a subjetividade é condição para um processo de implicação desse sujeito no laço social. Para tanto, cabe destacar seu trabalho nesse contexto com os demais profissionais de outras áreas, haja vista, uma orientação para o alcance das diretrizes legais da garantia de direitos que visam principalmente à reinserção social desses sujeitos, a readaptação, o ajustamento social, a (re) integração à família e à sociedade.

Na proposição da compreensão do lugar do psicólogo nas equipes interdisciplinares dos serviços que acolhem adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tomaremos a Psicanálise, bem como a Análise de Discurso na sua vertente francesa, para entender os efeitos da escuta da singularidade na construção, pela equipe, das saídas possíveis para este adolescente, focando os discursos que circulam e os posicionamentos frente aos fenômenos sociais e políticos.

Sabemos que todo discurso se faz em um determinado contexto e, é *“atravessado pelo sujeito não só na sua intencionalidade, mas, sobretudo, na sua relação com o seu inconsciente.”* (Kyrillos Neto, Rosário & Moreira, 2015, p.68). Estar atento aos discursos que circulam entre os profissionais das equipes em relação aos casos acompanhados é fundamental para entender as intervenções propostas e romper com pré-conceitos que desconsideram esses adolescentes sujeitos de sua história de vida. A intersetorialidade dessa política terá maior envolvimento do adolescente, quando os encaminhamentos forem construídos junto dele, por isso, os aspectos subjetivos e discursivos precisam ser compreendidos.

De fato, a análise de discurso trabalha a articulação entre a categoria de sujeito do direito e sujeito da psicanálise. O sujeito do direito é contemplado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como um conceito inovador que faz dessa legislação uma valiosa conquista no campo das políticas públicas. Esse termo, porém, possui concepções diferentes quando associado ao discurso da psicanálise que considera sujeito àquele que se constitui na relação com o outro, ou seja, na relação da linguagem com o social conforme afirma Lacan (1957-58):

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos, quando vocês dizem o sujeito? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente uma outra coisa? Quero dizer, será que a fala é como que uma emanção que paira acima dele, ou será que ela desenvolve, que impõe, por si só, sim ou não, uma estrutura como aquela que tenho comentado longamente, à qual os habituei? – e que diz que, quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala, isto é, também como o sujeito que vocês analisam (pp. 185-186)

A singularidade se faz presente na relação do sujeito com seu discurso. A linguagem, além de demonstrar a divisão do sujeito, evidencia que, tão logo o sujeito acede a ela, perde-se nesta mesma linguagem que o causou. Assim, o sujeito, na condição de causado pela linguagem, só se insere nela como um efeito. Efeito de linguagem, que o faz existir para, logo, eclipsá-lo na autenticidade de seu ser. Desta forma, o sujeito é primeiramente um efeito e não um agente. (Elia, 2004)

Isto posto para a psicanálise a particularidade de cada caso e a singularidade de cada sujeito é o que pode romper com as intervenções de caráter universal que são propostas como orientadores legais. Altoé (2004) nos faz refletir sobre o mal-estar que se coloca nas instituições que executam as intervenções jurídicas, quando a proposta é romper com o saber que universaliza. A autora diz que o fazer, a partir do caso a caso, dá trabalho, pois pede sempre a construção de uma nova intervenção e, com isso, o psicólogo (a) deve estar atento aos discursos que normatizam a política com respeito à garantia de direitos e se sustentam em corpos a serem treinados e comportamentos a serem julgados. (2004)

Kyrillos Neto, Rosário e Moreira (2015) retratam que “para a A.D o sujeito se apropria da língua para proferir seu discurso, que por sua vez é atravessado pelo contexto

em que esse sujeito se localiza”. (p.67). Estar atento aos discursos institucionais de vitimização, assistencialismo ou criminalização desses adolescentes é condição para um trabalho de escuta da singularidade por parte dos psicólogos evitando assim intervenções precipitadas que não deixa espaço “para o desejo e permita a abertura de possibilidades de invenção permanente” (Altoé, 2004, p.57).

### **As instancias da prática socioeducativa: do universal da lei ao singular do caso**

A sociedade contemporânea convoca os profissionais de diferentes áreas para pensar e intervir junto a novos campos de sofrimento, adoecimento e mal-estar. Assim, apresenta-nos a convocação de propor intervenções junto aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em detrimento da prática de atos infracionais nos dispositivos da Assistência Social em uma cidade no interior de Minas Gerais.

De acordo com o SUAS (Brasil- SUAS, 2005) temos uma expansão da atuação prática do psicólogo definindo um novo modelo para a Assistência Social no âmbito das secretarias municipais. O Centro de Referência da Assistência Social é, portanto, a unidade pública estabelecida pelo SUAS responsável pela proteção social especial que, em concordância com as diretrizes nacionais, adotam diferentes categorias de atenção ao cidadão face à suas demandas e necessidades. Essas categorias se organizam nos municípios em programas, serviços, projetos e benefícios sócioassistenciais de acordo com a complexidade dos atendimentos em casos de situação de ameaça ou violação de direitos como: violência física, sexual ou psicológica; situação de risco pessoal ou social; medida socioeducativa entre outras. (CREAS – Brasil, 2011)

Nesse enquadramento legal as ações que garantem o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto como: Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), são executadas nos CREAS e têm como metodologia uma atuação articulada com as demais políticas públicas e atores que compõem o sistema socioeducativo na garantia da proteção integral e do trabalho com a responsabilização do adolescente. O acompanhamento socioeducativo é contemplado pelo SINASE e tem como proposta de intervenção o Plano Individual de Atendimento (PIA). Este documento concebe a construção de um projeto de vida estruturado com base no sistema de garantia e que viabiliza ações integradas nos eixos estratégicos: família e comunidade; escola; saúde; profissionalização; cultura, esporte e lazer durante o cumprimento de uma dessas medidas.

Diante dessas considerações, observamos que o CREAS dessa cidade do interior de Minas Gerais segue essas diretrizes e orientações nacionais sustentando o atendimento socioeducativo a partir da territorialização e intersectorialidade. Decerto, o espaço de trabalho interdisciplinar nesse serviço não poderia existir sem conflitos, pois cada campo de saber se fundamenta em uma concepção específica de sujeito que produz efeitos nas modalidades de intervenção na prática de cada profissional.

Desse modo, orientados pela escuta psicanalítica que possibilita o trabalho com os aspectos da singularidade que são perceptível, segundo Freud (1901), nos lapsos, sonhos, atos falhos, chistes, repetições e sintomas, buscaremos compreender a categoria de sujeito que se faz presente no discurso da psicanálise e, em nossa proposta, pode sustentar o lugar da singularidade nesses serviços.

Lembramos com Moreira (2002) que ao longo dos séculos, esta categoria se desenvolveu passando por diversos momentos. Inicialmente o homem não considerava suas relações particulares como referente à subjetividade e gradativamente, no decorrer da história, percebe-se de forma discreta o surgimento de aspectos da singularidade que marcam o surgimento da categoria sujeito.

“Podemos dizer que a categoria de sujeito é uma idéia que nasceu e cresceu ao longo da história perpassando por diversas vicissitudes e sendo confundida com as noções de indivíduo, pessoa e eu. Não podemos negar que o ser humano sempre teve o sentimento do seu corpo individual, mas a possibilidade de reflexão sobre a subjetividade enquanto algo privado e a possibilidade do gozo da liberdade individual coincidem com o pensamento moderno” (Moreira, 2002, p.16).

Ao considerar o conceito de sujeito pós século XX, nota-se que este trás as marcas do pensamento racional positivista. Esse sujeito não tem mais as crenças e as divindades como respostas para as questões que o mundo lhe dirige. Os aspectos socioculturais se consolidaram em torno do sujeito racional e, mesmo com as várias explicações científicas dadas às expressões de sentidos presentes no pensamento moderno, não foi possível reprimir a irracionalidade do mundo humano. Moreira (2002) vai nos dizer que é, nesse cenário, de um sujeito determinado pela supremacia da razão, que vemos surgir a dimensão do inconsciente proposta pela psicanálise contrapondo o ideário positivista determinado pela primazia da razão.

Com as descobertas de Freud em 1900, a teoria psicanalítica sustenta que, se existe um determinismo na vida do sujeito, este advém do inconsciente. Legitima-se com as

observações dos fenômenos psíquicos o sujeito do inconsciente e o método utilizado por Freud para convocar esse sujeito é a associação livre.

O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto à realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais. (Freud, 1900, p. 637).

Considerando o conceito de sujeito do inconsciente proposto pela psicanálise é possível afirmar, segundo Moreira (2002) que a teoria psicanalítica desloca a concepção de sujeito enlaçada com a consciência e dominada pela razão para o sujeito do inconsciente, determinado por leis próprias que extrapolam as possibilidades do sujeito racional. Para romper com essa lógica universal e racional, é preciso que o psicanalista se posicionasse frente às demandas a ele dirigidas com certo estranhamento, construindo intervenções a partir da escuta do sujeito.

Com a referida pesquisa, foi possível localizar que o entendimento de que o conflito é inerente às relações se faz produtivo quando se opera na lógica do respeito e do acolhimento às diferenças. Já a ausência desse conflito pode expressar uma posição totalitária e esvaziada da possibilidade de diálogo entre os profissionais podendo fazer emergir impasses ao trabalho junto desses adolescentes.

O discurso desses profissionais no cotidiano de trabalho é atravessado pelo sujeito adolescente que interroga um saber fazer formalizado em orientações e protocolos sendo um convite à equipe se por à construção de um novo, que escute a singularidade do caso. Para tanto, buscamos entender esses discursos de outro lugar: uma reprodução ideológica atravessada pelas determinações inconscientes. Assim, *“quando examinamos um discurso, perguntamos do que ele é feito, quais são suas superfícies de repetição, suas formações de sentido, suas condições de enunciação, mas em segundo lugar devemos perguntar: o que este discurso faz? O que ele produz?”* (Gaspard, Junio, Dunker, Assad & Doucet, 2010, p.376).

A dialética singular/universal se faz presente quando deslocamos esses discursos do lugar comum, constituindo meios para que a singularidade do caso possa ser o orientador das intervenções. Nesse contexto, a possibilidade do discurso do psicanalista incidir na execução da medida socioeducativa se dá pela via universal do alcance dos eixos estratégicos do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE - Brasil, 2012). Juridicamente, desde 1990 com a promulgação do ECA, crianças e adolescentes são

reconhecidos como sujeitos de direitos. Os adolescentes que transgridem a lei estão respaldados por esta legislação na garantia de seus direitos embora também tenham que cumprir uma medida socioeducativa como intervenção indispensável ao processo de responsabilização. Nesse âmbito jurídico o SINASE (2012) passa a orientar os profissionais que trabalham na execução dessas medidas descrevendo da seguinte forma seus objetivos:

Art. 1º [...] § 2º – Entende-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos: I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em Lei. (Sinase-Brasil, 2012)

Na vertente do que chamamos de universal, o SINASE (2012) apresenta os parâmetros das intervenções socioeducativas sustentando um trabalho na equipe interdisciplinar composta por diversas áreas de saber como a Psicologia, Serviço Social, Direito, Terapia Ocupacional e a Pedagogia.

Em cada eixo estratégico do SINASE (2012), a saber: educação; família e comunidade; profissionalização e trabalho; saúde; esporte, cultura e lazer será preciso conhecer a especificidade de intervenção de cada campo de saber, e sustentá-las pela singularidade do caso indicando encaminhamentos com vistas à construção de um novo projeto de vida pelo adolescente.

No que tange à questão do profissional da psicologia, o SINASE (2012) nos apresenta a responsabilização como intervenção fundamental a ser trabalhada junto dos adolescentes e é no contexto da execução dessa medida que precisamos reconhecer o sujeito do inconsciente para discutirmos a questão da responsabilidade. Assim, ao partirmos do princípio que a função do psicólogo pode ser pensada como um saber fazer em que *“o adolescente possa se perguntar a respeito de seu ato, para então começar um processo de responsabilização subjetiva que só se dá a posteriori da aplicação da lei.”*

(Souza & Moreira, 2014, p.187), reconhecemos o espaço de escuta do sujeito em que suas palavras ditas livremente são a via de acesso ao até então desconhecido por ele.

Destarte cumprir a medida socioeducativa de forma satisfatória significa o alcance das intervenções que garantam o encaminhamento em cada eixo estratégico, contudo acreditamos que o que deverá orientar a equipe na conclusão de uma medida socioeducativa será a dimensão de um novo posicionamento do adolescente no laço social. Na medida em que os profissionais orientados pela Psicanálise, por meio da escuta, podem, frente ao universal da Lei, acessar algo do singular de cada sujeito, fazendo vacilar os discursos cristalizados em uma verdade que diz do sujeito, pode-se ter um trabalho que visa à responsabilização subjetiva e, enfim, a possibilidade do adolescente lançar mão de outras formas para lidar com seu mal-estar diferente da infração.

Para entendermos como a escuta da singularidade poderá interpelar esses discursos enlaçando o singular ao universal das diretrizes legais, passamos para a leitura dos fragmentos discursivos recolhidos da análise das entrevistas com os profissionais da equipe do CREAS dessa cidade do interior de Minas Gerais.

### **O trabalho junto do adolescente infrator na equipe do CREAS: fragmentos discursivos**

A Análise de Discurso nos auxiliou no desenvolvimento deste manuscrito na medida em que ela define discursos como práticas sociais e segundo Pinto (1999) "procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos, vinculados àqueles produtos na sociedade" (p.7). O conteúdo dos atos enunciativos possui mobilidade e variância dadas pelas posições enunciativas. Nestes termos, apresentamos o fragmento discursivo da coordenadora de um dos CREAS da cidade que ressalta as consequências de sua proximidade com a gestora:

(...) eu ocupar o cargo de coordenação foi uma construção coletiva, houve o incentivo de toda a equipe por conta da minha proximidade com a atual gestora da secretaria de assistência, aí houve todo o movimento para que eu assumisse o cargo de coordenação e aí houve comprometimento de todos nesse sentido, isso facilita muito para desenvolver o trabalho, pra gente conseguir fazer um trabalho coletivo bem interessante.

Neste aspecto, percebemos que a linguagem enquanto interação social deixa o outro no papel fundamental de constituir os significados, integrando o ato da enunciação

verbal num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. Brandão (1991) nos aponta que “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção”. (p.10)

Percebemos que não existe um domínio absoluto do sujeito sobre sua fala. O sujeito usa outras vozes que falam, interdiscurso. Segundo Charadeau e Maingueneau (2004) todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso. O interdiscurso se constitui em um conjunto de discursos que mantém relações de delimitação recíproca uns com os outros. Temos, então, um sujeito "descentrado" de sua fala, já que por ela outras vozes falam. Descentrado porque o sujeito falante é determinado pela ideologia (relação com o poder) e pelo inconsciente (relação com o desejo). O Psicólogo entrevistado utiliza o interdiscurso da punição e da forte presença do controle do judiciário no cotidiano dos adolescentes como meio de adequação desses jovens as aspirações sociais:

Eu acho que as nossas leis são fraquíssimas, a questão da punição, porque quando o sujeito ele não tiver uma punição eficaz e aquele ato trás um prazer de alguma forma, ele mudaria pra que?! Mas se cumprir a medida aqui, não é punitiva assim, porque não é, vem pra cá tem um lanche bacana, que tem uma medida socioeducativa, mas que não é suficiente acho que passa muito pela questão do judiciário, da lei mesmo.

O fragmento discursivo da assistente social apresenta de forma marcante o interdiscurso das comunidades religiosas na recuperação de dependentes químicos, como única alternativa para o acompanhamento dos adolescentes envolvidos no uso e abuso de drogas:

Assim, a gente não para por aí tem o circuito de trabalho antidrogas, não passa por nós porque a gente já encaminha para o CAPS direto que o município tem. Agora a equipe antidrogas tem outros contatos, que as vezes tentam internar em clínicas evangélicas, a coordenadora é evangélica, mas não é o que a psicologia adota. Aí passa pra eles que façam a internação. Não tem alternativa.

Leite (1994) nos lembra que a “*abordagem psicanalítica da linguagem se fundamenta na introdução na ordem do desejo em dissonância com um certo discurso científico que não escuta na linguagem nada além de transmissões do princípio da*

*realidade.*” (p.35). Nestes termos a consideração taxativa da entrevistada expressa no fragmento “*não tem alternativa*”, em nosso entendimento, faz referência ao seu desejo de encaminhamento concluído, que afaste esses adolescentes do CREAS, em que pese o número reduzido de adolescentes em cumprimento de medida nesse município no momento da pesquisa.

Assim vemos que os discursos acerca do acolhimento do adolescente tomam a dimensão de “simulacros interesseiros” (Pinto, 1999) onde cada um, marcado por sua ideologia e seu lugar na instituição, busca defender suas posições. Neste sentido percebemos a predominância da posição adotada pela assistência social no cotidiano do serviço:

É acabou que assim a gente sempre referenciou a W. (assistente social) como referência da medida, mas inicialmente a gente tinha pensado na questão da construção coletiva, de um trabalho em grupo, numa dinâmica de grupo a questão do psicólogo também ou então algum ato infracional assim especificamente que a gente percebe que a W. percebe alguma questão ali que ele pode construir/ tratar com o adolescente e aí a gente traz, a questão do abuso que em algum caso apareceu, o adolescente ser o abusador. “Olha, ele [o psicólogo] atua muito como técnico de referência também mas muito de modo com o entendimento do perfil desse adolescente e aí do entendimento da assistente social.

Esse predomínio se dá de forma que o Psicólogo fica associado exclusivamente a função clínica enquanto os procedimentos relacionados ao Plano Individual de Atendimento é responsabilidade da assistente social. Haroche (1992) aponta que

É um mesmo fato político que se encontra sempre sob formas diferentes: o do desconhecimento deliberado, da marginalidade, da auteridade, do heterogêneo. Certamente, a resolução das contradições reveste formas diferentes. Mas, na realidade, trata-se sempre de um fato: ultrapassar as contradições para responder ao imperativo de assujeitamento do sujeito ao poder, qualquer que seja este. (p.215)

Os interlocutores dos diferentes discursos presentes no campo da assistência trabalham a defesa de suas posições com uma “vocaçao totalizante” (Brandão, 1991), fazendo com que seu discurso adquira uma unidade, uma coerência, apagando as vozes discordantes. Apesar da proposta do CREAS vislumbrar a intersetorialidade, o trabalho em rede e a multidisciplinaridade, nossa entrevistada Assistente Social propõe a lógica da

especialização expandida aos serviços como uma forma de abarcar todas as dificuldades encontradas no cotidiano do trabalho. Assim, a proposta do CREAS;

É fazer um atendimento especializado, só que não tem como a gente especializar, a gente trabalha com qualquer tipo de pessoa, seja criança, seja homens e mulheres, seja idoso, portador de deficiência, então assim a gente trabalha de um modo geral, então dificulta, a gente trabalha com socioeducativo, ocupação de rua, o trabalho do CREAS também é a questão da profissão então não tem como a gente especializar, a gente vê em lugares foras que eles tem CREAS especializados, CREAS especializados para idosos, para adolescentes, para crianças.

A respeito da vocação totalizante dos discursos, Orlandi (1996) nos mostra que:

O silêncio é fundante e esta incompletude é função do fato de que a linguagem é categorização dos sentidos do silêncio, modo de procurar domesticá-los. O silêncio é sentido contínuo, indistinto horizonte possível da significação. A linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, a descrição, ao completo, não tem com suturar o possível, porque não tem como conviver com a falta, não tem como trabalhar (com) o silêncio. Isto justamente porque a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco). ( p. 11)

Os equívocos da linguagem, brechas no discurso, foram alvos de nossa análise. Sobre tal assunto Leite (1994) nos diz que a afirmação Lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem necessariamente aponta para um resto que se furta a univocidade inerente a qualquer nomeação, uma vez que se trata de apontar para o registro que, em toda língua, consagra-se o equívoco.

Neste sentido destacamos que as entrevistas realizadas são marcadas por um excesso de falas sem conteúdo que nem sempre respondem a questão formulada. Sobre esse aspecto Maingueneau e Charaudeau ( 2004 ) designam como monólogo, o discurso de uma pessoa que não deixa seu interlocutor falar ou quem seus interlocutores não dão resposta.

Nota-se, em toda entrevista realizada com a coordenação do serviço, uma dificuldade de utilizar conectivos que permitam ligar dois ou mais enunciados e, dessa forma, criar uma estratégia argumentativa. (Maingueneau, 1997). Ao ser indagada sobre as linhas de trabalho elaboradas para o cumprimento dos eixos do SINASE temos:

É o que eu disse, assim, a política pública ela está muito deficitária e aí o adolescente ele precisa muito da questão do retorno, da profissionalização e aí da profissionalização e da escolarização, eu acho que a escola pública ela vai impactar para a formação desse adolescente e aí como ele não tem a

questão da escolarização a profissionalização fica comprometida. Então assim tanto a educação precisa ser de qualidade para a gente conseguir a possibilidade e a garantia de permanência desse adolescente ainda que em cumprimento de medida socioeducativa ainda com a questão dos dados, dos vários atos infracionais cometidos ele precisa garantir a permanência desse adolescente na escola, é importante para ele, é importante para a formação dele. Até para a gente conseguir a questão da escolarização que também é um gargalo, a gente teve num período curto o pronatec mas poucos adolescentes puderam participar. Na verdade um de um universo de 10 por conta da questão da escolarização que eram cursos interessantíssimos que nós tínhamos de eletricista, eletricistas predial que é o que mais me chamou atenção e que muitos não puderam participar porque não tinham a escolarização para isso. Então a profissionalização e a educação precisam ser mais efetivos para esse adolescente.

Também trabalhamos com as contradições, o diferente que subjaz o discurso não excluindo a noção de heterogeneidade como constituinte de práticas discursivas que se aliam, dominam e confrontam dentro da instituição. Neste ponto, considerando a heterogeneidade do discurso temos um fragmento discursivo do psicólogo que aponta uma abstenção da escuta, bem como um conflito com a proposta do PIA, que considera os aspectos subjetivos na construção de intervenções que orientem o adolescente no seu projeto de vida. *“O que complica porque a gente nunca sabe, o que a gente tem como referência é na conversa, é só na fala e no discurso dele, pode ser verdadeiro ou não.”*:

Os fragmentos discursivos analisados nos levam construir a hipótese que os profissionais envolvidos no trabalho do CREAS estão em conflito com as diretrizes legais que orientam a proposta institucional. Este fato fica explícito nos discursos que sustentam a especialização como solução dos impasses cotidianos do serviço, bem como o recrudescimento da lei e da punição como resposta aos atos infracionais cometidos por adolescentes, além da aceitação da internação em comunidades religiosas como única alternativa para os dependentes químicos.

Como nos lembra Dunker e Kyrillos Neto (2015) o discurso institucional se coloca a favor do sacrifício que cada profissional faz à causa em questão no seu trabalho nesses serviços e, dessa forma, retorna para o sujeito atendido julgamentos de valor em relação ao seu não comprometimento com os encaminhamentos propostos. Essa ética disciplinar, segundo esses autores, é coercitiva e a psicanálise a interpela, pois não *assujeita o paciente ao gozo do analista* (Dunker & Kyrillos Neto 2015, p. 102).

**Para Concluir**

Refletir sobre o lugar do profissional de psicologia nas equipes interdisciplinares a partir dos fragmentos discursivos nos fez compreender que as articulações em equipe que, deveriam ser orientadas pelo SINASE, mostram-se imprecisas, divergentes e fragmentadas dependendo do profissional que é o responsável pelo acompanhamento do adolescente.

Embora a construção de um novo projeto de vida por parte do adolescente deva contemplar aspectos avaliativos de diversas áreas não só da psicologia, na prática não foi possível localizar a construção do caso como metodologia que possa transmitir aspectos da singularidade com base na escuta do sujeito, sua palavra e seus impasses de modo que as intervenções pudessem situá-lo no laço social rompendo com o discurso de adaptação aos padrões de resposta esperados com os encaminhamentos.

Assim, faz-se importante refletirmos sobre os efeitos do trabalho com a singularidade nesses serviços, pois, para além de uma implicação com as questões sociais o compromisso ético deste profissional da psicologia passa pela escuta do bem dizer dos sujeitos por ele atendidos. A práxis deste profissional em sua preocupação com o singular pode contribuir para que as diretrizes universais expressas no SUAS cheguem aos sujeitos, evitando, dessa forma, que os eixos do SINASE não sejam aplicados numa perspectiva meramente normativa. Para tanto, é necessário o envolvimento do gestor da assistência social no cotidiano do serviço de forma que seus impasses e dificuldades sejam alvo de reflexão com vistas a medidas efetivas que melhorem a qualidade do serviço prestado a população.

No escopo deste trabalho destacamos, para concluir, a importância de um espaço de supervisão clínico – institucional para toda equipe do serviço. Espaço de construir o caso considerando os elementos discursivos que o atravessam e as experiências do adolescente acompanhado pela equipe, fazendo os ajustes necessários para que o sujeito do inconsciente caiba nas intervenções propostas.

A supervisão atua de forma a sustentar a proposta de uma gestão partilhada da clínica, que auxilie os profissionais a enfrentarem os impasses institucionais frequentes no cotidiano do trabalho coletivo. A definição do espaço de cada trabalhador na equipe, mantendo a especificidade de seu ofício, mas quebrando a rigidez das especialidades, a pactuação de responsabilidades pelo fazer clínico mais do que pelos saberes em jogo, e a possibilidade de construção coletiva dos casos podem ser resultado deste dispositivo, permitindo avançar no trabalho em

equipe e reduzir conflitos que podem comprometer seu funcionamento. (Silva;Becke; Figueredo & Prestes, 2012, p. 311)

Em consonância com o princípio da intersectorialidade, apontamos o trabalho em rede no qual a universidade pública pode estar incluída. Por conseguinte, a universidade, em seu tripé extensionista com interface na pesquisa, tem contribuições efetivas a oferecer para o aprimoramento da prática profissional das equipes que compõem os diversos serviços das políticas públicas.

Acreditamos que o fato do gestor estar atento ao cotidiano institucional, perceber as dificuldades do serviço e tomar a iniciativa de propor um trabalho com a equipe surta efeitos de reconhecimento do trabalho executado pela equipe. Consideramos que a valorização do profissional que encontra na supervisão um espaço de construção de saber, abala as verdades cristalizadas. Esse movimento é imprescindível para a construção de uma práxis profissional que faça com que os princípios asseverados nas políticas públicas cheguem aos sujeitos.

Outro aspecto a ser considerado nos efeitos que a escuta da subjetividade pode produzir nessas equipes, é a possibilidade do sujeito sustentar sua pequena singularidade diante de discursividades prevalentes. Nesse sentido a proposta da psicanálise pode ser subversiva, ao convidar o sujeito a falar para o analista trás a cena sua condição desejante frente a instâncias que tenham pretensão de ser imperativa para ele. (Paiva & Kyrillos Neto, 2016).

Orientados pela Psicanálise e Análise do Discurso apostamos que ao trabalharmos com sujeitos que dirigem suas respostas do encontro com o mal estar no laço social a esses espaços das Políticas Públicas, nos lançamos à construção de intervenções singulares, que de acordo com Gallo (2012), escapam à lógica do para todos, pois remete a uma ética do desejo.

A Psicanálise nesse campo de atuação sustenta sua contribuição em um trabalho com o adolescente como aquele que, por meio da palavra, poderá, de modo singular, construir novos laços com a cidade e saídas para sua vida. Assistir o adolescente sem a dimensão do sujeito do inconsciente reforça o discurso do recrudescimento das leis, bem como dos orientadores pedagógicos de que não há perspectivas para além das medidas socioeducativas.

Referências:

Altoé, S.(2004). A Psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In: \_\_\_\_\_ **Sujeito do Direito Sujeito do Desejo: Direito e Psicanálise**. Rio de Janeiro, Revinter, pp. 51-60.

Barros-Brisset, F. O. (2011). O Jogo da Casa Vazia. Não há sujeito sem instituição! In: **Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais - Almanaque On-line**, nº.8, pp.2-10.

Brandão, H. H. N.(1991). **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.

Brasil. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF: Diário Oficial da União, p. 18769.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2004). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome – MDS. (2005). Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS). Brasília, DF.

Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2004). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto.

Demo, P.(1995). **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª Ed., São Paulo, Atlas.

Dunker, C. e Kyrillos Neto, F. (2015). **Psicanálise e Saúde Mental**. Porto Alegre: Criação Humana. Elia, L. (2004). **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Freud, S. (1900). O inconsciente e a consciência – realidade. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. V, p. 635-645.

\_\_\_\_\_. (1901). **A psicopatologia da vida cotidiana**. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. VI.

Gaspard, J.L., Junior, N.S., Dunker, C.I.L., Assad, T.C. & Doucet, C. (2010). Psicanálise e Análise de Discurso: elementos para uma investigação clínica futura. In: **A peste**, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 361-378. Disponível em: file:///C:/Users/MAX/Downloads/16635-40851-1-SM%20(1).pdf

Guirado, M. (1986). **Instituição e Relações Afetivas. O Vínculo com o Abandono**. Summus Editorial, São Paulo.

Haroche, C. (1992). **Fazer Dizer, Querer Dizer**. SP.: HUCITEC.

Jacobson, Roman et al. (1983). **Língua, Discurso e Sociedade**. SP.: Global Editora.

Moreira, J.O; Kyrillos Neto, F; Rosário, A.B; Souza, J.M.P & Drawin, C.R. (2015). Análise de Discurso: Considerações metodológicas. In: Moreira, Kyrillos Neto, Rosário, Souza & Drawin. **Análise do Discurso de Adolescentes em Privação de Liberdade: reflexões sobre a luta pelo reconhecimento**. Curitiba, CRV, p. 65-82.

Lacan, J. (1957-58). **O Seminário livro 5, As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp.185-186.

Leite, N. (1994). **Psicanálise e Análise do Discurso. O Acontecimento na Estrutura**. RJ.: Ed. Campo Matêmico.

Lévy, A. (2001). A mudança: esse obscuro objeto de desejo. In M. N. da M. Machado, E. de M. Castro, J. N. G. de Araújo, & S. Roedel (Orgs.), **Psicossociologia - Análise Social e Intervenção**, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 121–131.

Mafacioli da Silva, Gilson; Colomé Beck, Carmem Lúcia; Costa de Figueiredo, Ana Cristina; Cassol Prestes, Francine; (2012). O processo de trabalho na supervisão clínica institucional nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, Junho-Sin mes, pp.309-322.

Moreira, J.O. (2002). **Figuras da Alteridade no Pensamento Freudiano**. 2002. 380 f. Tese (Doutorado em Psicologia / Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Oliveira, S. L., Carlato, É., & Rabelo, S. (org.) (1996) . **O Falar da Linguagem**. SP.: Ed Lovise.

Orlandi, E. (1983). **A Linguagem e seu funcionamento**. SP.: Brasiliense.

\_\_\_\_\_ (1996). **Interpretação. Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico.** Petrópolis, RJ: Vozes.

Paiva, T. B & Kyrillos Neto, F. (2016). Vínculo - Revista do NESME, 2016, v.13, n.2, pp.45-54. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v13n2/v13n2a06.pdf>.

Pinto, M.J. (1999). **Comunicação e Discurso. Introdução à Análise de Discursos.** SP:Hacker Editores.

Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2011). **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,** Brasília, Gráfica e Editora Brasil LTD.

Souza, J.M. & Moreira, J.O. (2014). Psicanálise e Direito: Escutar o sujeito no âmbito das medidas socioeducativas. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia.** psicol. [online], vol. 14 nº: 01, pp.182-200.

**Conectados: Propensão à Nomofobia – Estudo de caso em uma Escola Profissionalizante de Belo Horizonte.**

**CLAUDINEA CONCEIÇÃO SANTOS  
ISABEL PEREIRA DE MATTOS ALVES  
JACQUELINE ANDRADE CAMPOS  
JAILTON DE SOUZA**

A internet surgiu nos anos 60, na época da Guerra Fria nos Estados Unidos, com a finalidade de uma necessidade de meios de telecomunicações, e assim idealizou-se um novo estilo de troca de compartilhamento das informações. (DANTAS, 2017).

Atualmente a tecnologia digital nos permite trabalhar, fazer compras, nos comunicar, conhecer pessoas, realizar pagamentos online tudo de forma remota e eficaz, assim nos poupando de longas filas e espera. Os benefícios são infinitos. Tudo a nossa disposição, apenas em um clique, através de dispositivos eletrônicos (Smartphones).

De acordo de Papalia, Olds e Feldman 2022, adolescência é uma fase complexa e importante do desenvolvimento humano, os adolescentes passam por diversas transformações físicas, psicológicas e sociais que impactam em sua vida e em seus relacionamentos. A construção desses laços é complexa e pode ser influenciada por diversos fatores, como a tecnologia e a cultura do individualismo. Por isso, Papalia, Olds e Feldman, traz a importância de compreender as particularidades dessa fase do desenvolvimento humano e buscar formas de apoiar e orientar os adolescentes nessa jornada.

Dentro deste contexto a obra "Amor Líquido" (BAUMAN, Z. 2001), apresenta uma reflexão sobre a fragilidade dos laços humanos na sociedade atual. O autor aborda como a fluidez e a falta de compromisso nas relações pessoais pode impactar a vida das pessoas. Esse conceito pode ser aplicado na compreensão dos relacionamentos na adolescência, visto que muitos adolescentes são influenciados pela cultura do descartável e têm dificuldades em manter vínculos duradouros. A sociedade e a cultura podem influenciar os relacionamentos na adolescência e na visão de Bauman ele considera que a construção de laços mais sólidos e significativos é um grande desafio para os dias de hoje.

## **INTERNET: CONTEXTO HISTÓRICO E ORIGEM**

DANTAS, 2017 contribui em seus estudos que a internet surgiu de uma rede idealizada em meados dos anos 60, na época da Guerra Fria nos Estados Unidos, como uma ferramenta de comunicação militar alternativa, que resistisse a um conflito nuclear mundial.

A internet (ou “Rede” como também nomeamos) é um enorme sistema de redes de computadores interconectados de proporções mundiais, alcançando mais de 150 países e reunindo cerca de 300 milhões de computadores e mais de 400 milhões de usuários. A informação pode circular através de todas essas redes até chegar ao seu destino de fato. (DIZARD, 2000, p. 24)

Baseado neste conceito, em outubro de 1969, com uma comunicação entre a Universidade da Califórnia e um centro de pesquisa em Stanford, entrou em operação a ARPAnet (*Advanced Research Projects Agency Network*), primariamente ligando quatro computadores. Posteriormente, mais computadores se agregaram a estes, pertencentes a outras universidades, centros de pesquisa com fins militares e indústrias de guerra.

SCOLA, Equipe Brasil. "Internet no Brasil"; Brasil Escola).

## DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

O mundo contemporâneo propicia novas tecnologias visando maior conforto e facilidades para o ser humano, os meios de comunicação digitais neste século, evoluíram consideravelmente, colaboraram para volume de conhecimento, diversidade, e de troca de informações, a internet rompeu várias barreiras étnicas, sociais e encurtou distâncias continentais. (KALLAS, 2016)

Segundo Kallas 2016, a comunicação hoje está diante de uma tela de computador ou diante de um Smartphone em comunicação simultânea com outras pessoas, os celulares fazem parte da nossa rotina e temos a necessidade de estamos conectados.

A Dependência da Internet foi pesquisada inicialmente no ano de 1996. Foram examinados mais de 600 casos de usuários que apresentavam sinais clínicos de dependência, identificados por uma versão adaptada dos critérios do DSM-IV (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - IV*) para o jogo de azar (Young, 1996).

Este assunto tornou-se alvo de atenção após a apresentação do artigo “*Internet addiction: The emergence of a new clinical disorder*” (Young, 1996), no encontro anual da APA (*American Psychological Association*). Desde então, têm sido múltiplas as investigações relacionadas esse fenômeno. Os estudos pioneiros procuraram definir a Dependência da Internet e examinaram padrões de comportamento que diferenciavam o uso excessivo do uso normal.

A dependência pelo uso exacerbado da Internet caracteriza-se como uma inabilidade que o usuário possui para reprimir e controlar impulsos pela conectividade, provocando desconforto e sentimento de culpa. Esses comportamentos compulsivos podem gerar, inicialmente, um alívio de tensão perante a ansiedade, a depressão, a falta de habilidade social em comunicação face a face. Porém, trazem vários efeitos significativos sobre o estado psicológico e fisiológico, como alterações do ciclo

circadiano (vigília/sono), problemas de visão, postura, problemas relacionados às relações interpessoais, sexuais, profissionais, entre outras.

Atualmente, as novas tecnologias digitais produzem forte impacto sobre a vida, seja ela privada ou pública, hoje estamos totalmente inseridos no mundo digital, sejam no âmbito profissional, estudantil, social entre outros. A Internet atua como instrumento

Contudo, (DI CHIARA, 2000) destaca que a investigação tem vindo confirmar que parece existir ligação entre o estado de dependência e certas mudanças nos neurotransmissores do cérebro, já certos teóricos, questionam que mesmo que toda e qualquer dependência pode ser desencadeada por mudanças idênticas no cérebro, a ligação neuroquímica com as dependências comportamentais precisam ainda ser validadas, mas recentes estudos sugerem que os processos neuroquímicos desempenham um papel em todas as dependências, quer sejam de substâncias quer de comportamentos. É no mínimo um caminho de estudo vasto a ser explorado num futuro muito próximo.

## **NOMOFOBIA**

Para Pereira (2013), Nomofobia provém da junção da palavra *no-Mobile* com a palavra *fobos*, esse termo deriva do inglês, significando sem telemóvel, vocábulo esse, utilizado para denominar a sensações que o indivíduo sente ao está inapto à tecnologia.

A palavra Nomofobia teve sua origem na Inglaterra, onde a maior parte da população tem, ao menos, um celular. Apesar de seu estudo ter se iniciado lá, é fácil notar como esse termo pode ser facilmente aplicado em diversos países em todo o mundo. É um transtorno especialmente comum na população jovem, que cresceu utilizando essas tecnologias.

Nomofobia é o medo da incapacidade de comunicar-se através de um dispositivo móvel ou da internet, este termo refere-se a uma coleção de comportamentos ou sintomas relacionados ao uso de dispositivos moveis. Os números de telefones celulares tornaram-se tão abrangentes a ponto de quase atingir 7 bilhões no final de 2017,

que se aproximou a população mundial com uma taxa de penetração de 96%. (YILDIRIM 2015)

A Nomofobia não é facilmente reconhecida como afirmam as autoras (YOUNG, 2011) e (OLIVEIRA, M. 2013) mas da mesma forma que as outras dependências, ela pode ser diagnosticada a partir de critério claro. Ela está instalada quando o indivíduo começa a sofrer prejuízos na sua vida pessoal, social ou mesmo profissional por causa do uso excessivo do meio digital

Nas contribuições de Greenfield (2011, p.170) “[...] ele afirma que: nos tornamos dependentes dos intermitentes e imprevisível fluxo de dopamina que passa a ser classicamente associado à substância ou comportamento que utilizamos. Portanto, é aqui que a internet se encaixa.” Há pessoas que possuem uma inclinação para desenvolver esse tipo de transtorno, podendo ser considerados mais vulneráveis a apresentar esses sintomas, por exemplo, indivíduos com quadro de dependência emocional, insegurança ou ansiedade. Pessoas que possuem o comportamento Nomofóbico possuem algumas características que se destacam como: necessidade de manter seu aparelho de Smartphone o mais próximo possível (ao alcance dos olhos), impressão de escutar o celular tocando, usar o aparelho celular em qualquer ocasião e lugar, manter o celular sempre ligado, preferir o celular a interagir com o outro.

Em relação à identificação da dependência digital na vida do indivíduo e a diferenciação da utilização normal para patológica, pode-se afirmar que, a primeira é tida como favorável, servindo para a contribuição de crescimento pessoal, profissional e social. Porém, a segunda para ser indicada deve ser acompanhada pela dissonância e sintomas evidentes.

Dessa forma, compreende-se que: “A dependência patológica se manifesta em indivíduos que quando ficam sem seu objeto de dependência, por exemplo, o Smartphone ou computador, para poderem se comunicar, acabam apresentando sintomas e alterações emocionais e comportamentais.

Os sintomas observados mais constantes nestas situações são: angústia, ansiedade, tremores, nervosismo, sudorese, entre outros, que estão relacionados à impossibilidade de uso imediato do telefone celular ou do computador e são conhecidos como sintomas nomofóbicos” (KING et al., 2014, apud MAZIERO; OLIVEIRA, 2016, p.02).

Segundo Maziero e Oliveira (2016), quando um conceito de dependência é apresentado como patológico, o sujeito sofrerá consequências não só físicas, mas também psíquicas, apesar da Nomofobia não está incluída no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), vem sendo cada vez mais, discutida pelos estudiosos, pesquisadores por causa dos seus efeitos e problemas psicopatológicos trazidos pelo mau uso tecnológico. Assim sendo, observa-se que a Nomofobia tem um impacto relevante sobre a vida do indivíduo, podendo estar atrelada à falta de um sentido da vida ou mesmo um vazio existencial presente no ser.

## **ADOLESCENTES**

Neste estudo veremos como surgiu o aparelho de celular e a sua evolução, sua inserção e acessibilidade na sociedade, onde ele tem se tornado cada vez mais indispensável. E como o uso excessivo pode trazer impactos na vida diária do adolescente.

Em 1973, Martin Cooper criou o aparelho de celular, porém somente em 1974 que ele foi apresentado ao mundo, no dia 3 de abril de 1974: o Motorola *DynaTAC*. Inicialmente os aparelhos eram grandes, pesados e caríssimos, hoje são leves, modernos e atualmente a maioria da população possui um, devido aos seus preços acessíveis. No início da inclusão do celular na vida social, sua função era meramente efetuar e receber chamadas. Entretanto com o avanço da tecnologia foram agregadas multifunções, substituindo assim, objetos que antes eram considerados indispensáveis. A partir da década de 90, deu o início às redes sociais, podendo estabelecer uma comunicação mais fácil e ágil. (RENATO, 2012)

Pode-se dizer que atualmente os smartphones se tornaram indispensáveis, sendo o dispositivo mais utilizado para acessar a internet. Modificando na sociedade sua forma de pensar, relacionar, comunicar e trabalhar. Podendo estar conectadas ao mesmo tempo, porém distantes.

É imprescindível dizer que o uso da tecnologia digital é apontado como um facilitador em muitas questões. Entretanto existem muitos estudos que abordam o uso excessivos das tecnologias e como essa dinâmica tem criado complicações sociais e cognitivas nos adolescentes.

De acordo com Paiva e Costa (2015), citado por Costa e Piva (2020, p.14), “Alguns estudos chamam atenção para o modo como o uso excessivo dessas tecnologias afetam os adolescentes de forma social, afetiva e cognitiva. É o caso do estudo de Paiva e Costa (2015) cujos resultados apontam que a utilização da tecnologia de forma desordenada pelos adolescentes provoca o desequilíbrio cognitivo do ser. Entende-se com isso, que o uso desordenado da tecnologia potencializa os transtornos de atenção, transtornos obsessivos, de ansiedade e problemas com a linguagem e a comunicação, o que afeta diretamente a aprendizagem”.

Com o crescente uso excessivo de tecnologias digitais pelos adolescentes, uma variedade de informações é apresentada simultaneamente. Os smartphones vem ganhando cada vez mais espaço na vida dos adolescentes, pois são capazes de realizar muitas funções, é como se fosse um computador de mão, esse meio de tecnologia faz com que as pessoas se tornem dependentes.

Um dos temas da atualidade que geram impacto na vida das pessoas, sobretudo no cotidiano dos adolescentes, cujo cérebro ainda está em formação, é o uso dos dispositivos eletrônicos que propiciam acesso à internet através de redes móveis sem fio, especialmente o smartphone (Herculano-Houzel, 2005; Jensen; 2016).

Os smartphones são fontes inesgotáveis de estímulos rápidos, em poucos segundos: comentários, curtidas e a atualização constantes do feed de redes sociais

provocam a liberação de dopamina no cérebro, neurotransmissor que proporciona a sensação de prazer e satisfação.

## **PROPENSÃO A NOMOFOBIA EM ADOLESCENTES**

A adolescência ocorre aproximadamente dos 11 aos 20 anos de idade podendo variar de cultura e nacionalidade. É caracterizada por ser uma fase de decisões, sendo marcada por mudanças evolutivas rápidas e intensas nos sistemas biológico, psicológico e social (PAPALIA, 2013).

Erik Erikson (1976) traz uma abordagem da adolescência calcada no conceito de identidade. Para ele, no decorrer do ciclo vital, o ser humano vive oito idades, com crises nucleares de caráter normativo, que vão burilando a identidade psicossocial. Esta é mutável até o final da vida, mas o momento crucial da sua definição é exatamente a adolescência (5ª idade), em que a crise vivenciada é a da identidade x difusão de papéis.

A adolescência, portanto, é menos “tempestuosa” naquele segmento da juventude talentosa e bem treinada na exploração das tendências tecnológicas em expansão e apta, por conseguinte, a identificar-se com os novos papéis de competência e invenção e aceitar uma perspectiva ideológica mais implícita. (ERIKSON, 1976, p. 130).

Nesta fase do desenvolvimento humano ocorrem muitas mudanças físicas, cognitivas e psicológicas. Uma fase em que o adolescente está vulnerável e o uso da internet pode contribuir positivamente ou negativamente para este desenvolvimento. Hoje podemos dizer que o adolescente se divide em dois mundos: o mundo real e o mundo virtual, onde o mundo virtual tem ocupado um tempo maior, senão todo na vida diária do

adolescente. Ele deseja estar sempre conectado, principalmente para o entretenimento, pois existem inúmeros aplicativos a disposição, o *Instagram, Facebook, Twiter, telegram, Whatsapp*, jogos eletrônicos, dentre outros. O Brasil está entre os países que mais utiliza a internet no mundo. Improvavelmente poderíamos dizer que um adolescente não tenha acesso a um smartphone e não esteja conectado a internet. Com todo este avanço no uso diário, observa-se um crescimento do uso excessivo da internet através dos smartphones ou dispositivos eletrônicos. Entretanto algumas mudanças no comportamento tem sido grande alvo de observações e estudos, como: isolamento social, uma ansiedade exacerbada, irritabilidade, depressão, dentre outros.

Adolescentes tem escolhido ficar reclusos em seus quartos, usufruindo excessivamente das redes sociais, quer seja em jogos virtuais, assistindo séries, conhecendo pessoas.

Segundo Oliveira, Barreto, EL-Aouar, Souza e Pinheiro (2017) aos poucos, a nomofobia distancia as pessoas e as isolam da convivência com a família e amigos, e assim imersas no mundo virtual, causando mudanças extremas nessas relações. Ao mesmo tempo que não há uma relação pessoal, existe um contato no mundo virtual com outros indivíduos, e assim se aproximam dos que estão distantes e, muitas vezes, resultando em um afastamento dos mais próximos.

Há uma necessidade de retomar ao uso consciente da tecnologia digital, e assim nossos adolescentes podem desfrutar de todos os benefícios que a internet proporciona, resgatando também o convívio social, a capacidade cognitiva e psicológica.

### **Tecnologia e Cognição: Explorando os Efeitos do Uso**

Apesar de nossa pesquisa não abarcar crianças a inclusão dos dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2021, neste trabalho é relevante, pois, essas informações são pertinentes e atuais, uma vez que abrangem também o grupo de adolescentes. A pesquisa TIC Kids Online Brasil, foi realizada entre outubro de 2021 e março de 2022, entrevistou 2.651 crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, juntamente com seus pais ou responsáveis. De acordo com site Cetic.br, o objetivo da pesquisa foi explorar as oportunidades e os riscos associados à participação online para essa faixa etária.

| <b>Áreas de Investigação</b>           | <b>Resumo dos dados</b>   |
|--|---|
| <b>Usuários de Internet</b>            | <p>Segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil, 22,3 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 9 a 17 anos estão conectados à Internet. O aumento dos usuários no Nordeste e nas áreas rurais é o principal impulsionador desse crescimento. 11,9 milhões de pessoas nessa faixa etária vivem na maioria dos domicílios onde não há computador, mas há Internet. 53% dos usuários usam o celular como único dispositivo para se conectar à Internet, uma maior frequência nas classes DE e C em comparação com as classes AB.</p>   |
| <b>Conteúdos mercadológicos online</b> | <p>As principais plataformas onde crianças e adolescentes assistem an anúncios de produtos ou marcas são sites de vídeos e redes sociais, com 67% e 61%, respectivamente,81% dos usuários de Internet de 11 a 17 anos foram expostos a divulgações de produtos ou marcas online em 2021. A instrução sobre como usar um produto e o fechamento de embalagens são os conteúdos de fotos ou vídeo mais comuns relacionados a produtos ou marcas (62%).Equipamentos eletrônicos, roupas e sapatos, comida e bebida, videogames &amp; jogos, maquiagem e produtos de beleza são algumas das principais categorias de marcas ou produtos que você pode ver online.</p> |
| <b>Saúde e bem-estar</b>               | <p>O estudo TIC Kids Online Brasil 2021, revelou que um número significativo de jovens entre 11 e 17 anos está usando a internet para fins relacionados à saúde. Cerca de 32% dos inquiridos procuraram ajuda ou apoio emocional online,com proporções mais elevadas nos grupos etários mais avançados. O estudo também constatou que as informações sobre nutrição foram as mais procuradas, seguidas por prevenção de doenças,</p>  |

|  |   |
|--|---|
|  | exercícios, medicamentos e saúde sexual. Notavelmente, 29% dos participantes acessaram informações sobre sentimentos, saúde mental e bem-estar. No geral, essas descobertas destacam a crescente dependência da Internet para informações e suporte relacionados à saúde entre os jovens. |
|--|---|

**Tabela 2** - Adaptado pelas autoras: (“TIC Kids Online Brasil 2021)

Ao usar os dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2021, podemos analisar o uso de redes sociais nessa faixa etária e encontrar uma correlação com possíveis consequências aos impactos cognitivos.

Este resumo adaptado da pesquisa do CGI.Br, se faz importante por trazer de forma inédita indicadores sobre a busca por informações sobre saúde e bem-estar por esse público na rede. E entender como as experiências digitais podem ajudar a moldar os processos cognitivos e identificar riscos e benefícios potenciais.

## **PROCEDIMENTOS**

Na avaliação o nível de propensão à Nomofobia, atribuímos à resposta a cada pergunta o valor adequado segundo a seguinte escala abaixo:

| <b>Escala de pontuação</b> | <b>Alternativa selecionada</b> |
|----------------------------|--------------------------------|
| 0                          | Não se aplica                  |
| 1                          | Raramente                      |
| 2                          | Ocasionalmente                 |

|   |                |
|---|----------------|
| 3 | Frequentemente |
| 4 | Quase sempre   |
| 5 | Sempre         |

**Tabela 3** – Fonte: Os autores - Opções de escolha das alternativas

## DOS RESULTADOS

Todas as questões desse teste são de múltiplas escolhas, a tabela mostra as opções com sua escala de pontuação. Ao término do preenchimento do questionário a pontuação referente a cada questão será somada, resultando em um número variável entre 0 e 100. A tabela abaixo mostra os possíveis resultados com uma breve descrição.

| <b>Pontuação</b> | <b>Descrição</b>  | <b>Resultados</b>    |
|------------------|---|----------------------|
| <b>0 a 20</b>    | <b>Raramente usa ou não gosta de usar o dispositivo eletrônico.</b>               | <b>Não propensos</b> |
| <b>21 a 49</b>   | <b>Não mostra sintomas de dependência, mas acaba passando muito tempo na web.</b> | <b>Medianos</b>      |
| <b>50 a 79</b>   | <b>Tem problemas com o tempo gasto na internet com problemas consideráveis.</b>   | <b>Preocupantes</b>  |

|                 |  |                  |
|-----------------|--|------------------|
| <b>80 a 100</b> | <b>O uso da internet está causando problemas, procure assistência especializada.</b> | <b>Propensos</b> |
|-----------------|--|------------------|

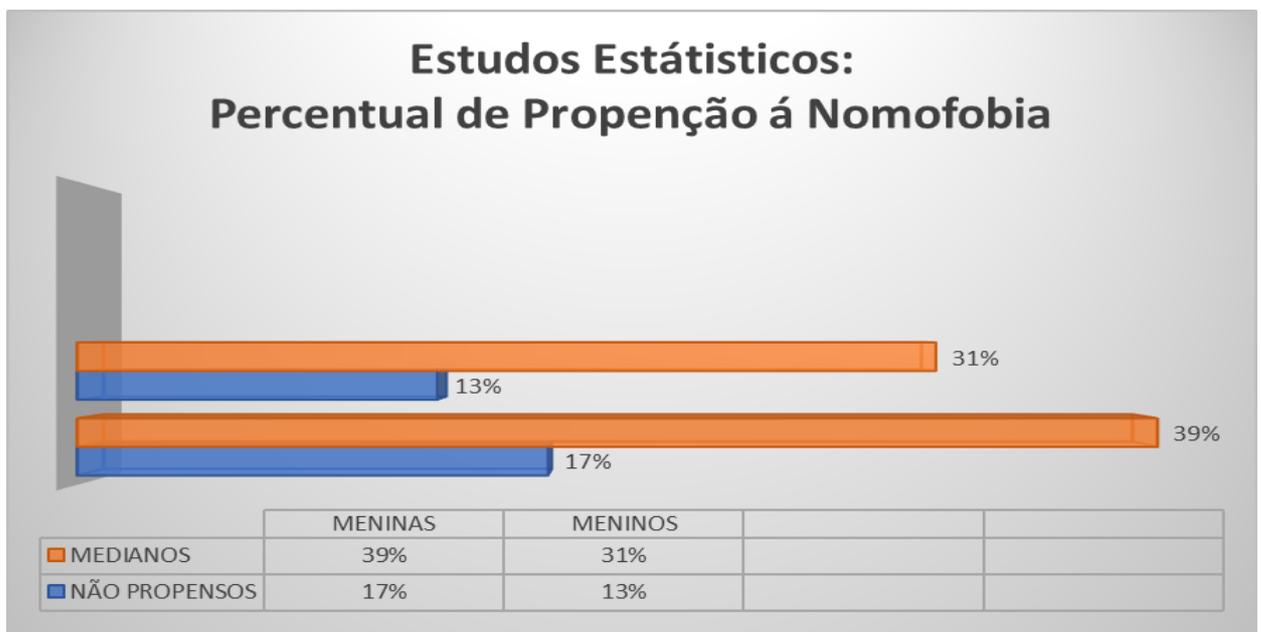
## ANÁLISE DE DADOS

Participaram da pesquisa 36 adolescentes, sendo 19 do gênero feminino e 17 do gênero masculino.

O gráfico abaixo destaca a faixa etária dos participantes, com predominância de 21,7% para adolescentes com 14(quatorze) anos.

Fonte: os autores.

### Gráfico



Fonte: os autores

## **DISCUSSÕES**

Como resultado, a realidade pode não ser completamente representada nesta análise.

No grupo feminino, temos:

- 06 amostras classificadas como não propensas (0-20 pontos)
- 14 amostras classificadas como medianas (21-49 pontos)
- Nenhuma amostra classificada como preocupantes (50-79 pontos)
- Nenhuma amostra classificada como propensa (80-100 pontos)

No grupo masculino, temos:

- 05 amostras classificadas como não propensas (0-20 pontos)
- 11 amostras classificadas como medianas (21-49 pontos)
- Nenhuma amostra classificada como preocupantes (50-79 pontos)
- Nenhuma amostra classificada como propensa (80-100 pontos)

A partir desses dados apresentados, conforme o gráfico 15 que não houve amostras com classificação (50 - 79 pontos) como preocupantes e (80 - 100 pontos) de propensão a nomofobia em ambos os sexos. No entanto, em comparação com o grupo masculino, o grupo feminino teve mais amostras classificadas como medianas (21-49 pontos).

Portanto, com base nos dados apresentados, podemos afirmar que não houve propensão a Nomofobia nas amostras testadas.

## **CONCLUSÃO**

Essa é uma pesquisa sobre a propensão à dependência digital em adolescentes de 15 a 17 anos, participantes do programa CEDUC em parceria com a Faculdade Estácio, Campus Prado/BH, residentes na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais.

É evidente que há presença de pontos positivos no uso da tecnologia digital, mas é importante fomentar discussões em relação aos excessos. De acordo com as análises dos testes aplicados, observou-se que o elevado número de questões, resultou em divergências, que impactou nos resultados. É fundamental para futuras pesquisas adotar um número inferior de questões, reconhecendo as limitações do grupo a ser estudado.

No entanto, com base nos dados da pesquisa é relevante destacar que as meninas têm percentual mais elevado de 39% classificados como medianos, enquanto os meninos 31. Já na classificação de não propensos as meninas têm o percentual mais elevado de 17% da amostra e os meninos 13% que são valores próximos. Nas classificações de propensos e preocupantes não obtivemos percentual.

Conclui-se que, para juntos enfrentarmos a propensão a Nomofobia é necessário desenvolver programas de conscientização, fornecendo informações sobre os riscos da Nomofobia e orientando os adolescentes sobre como utilizar a tecnologia de forma equilibrada e responsável. Espera-se que haja mais estudos, artigos e pesquisas que possam trazer compreensão sobre o tema abordado nessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ADOLESCENCIA, INTERNET E TEMPO: desafios para a Educação – artigo disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox?projector=1>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. ABP.  
Disponível:<http://www.abp.org.br>, acesso 02/11/2017.

BOCK, A. M. B. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. / Ana Mercês Bahia Bock, Odai Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira – 14º ed – São Paulo: Saraiva, 2008.

BRAGAZZI, N. L.; DEL PUENTE, G. A proposal for including nomophobia in the new DSM-V. Psychology Research na Behavior Management, v. 7, p. 155-160, 2014

CASTRO, Manuella Fagundes; CORSO, Kathiane Benedetti. PROPENSÃO À NOMOFOBIA: UM ESTUDO EXPERIMENTAL COM ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAMPA USUÁRIOS DE SMARTPHONES. 2017. 26 f.

TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2017.

CGI.B, Comitê Gestor da Internet no Brasil. TIC Kids online Brasil. 2021 Disponível em: [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20221121120124/tic\\_kids\\_online\\_2021\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20221121120124/tic_kids_online_2021_livro_eletronico.pdf)

DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. "Dependência Digital"; Brasil Escola. Disponível: <http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/dependencia-digital.htm>

DI CHIARA, G. "Role of dopamine in the behavioral actions of nicotine related to addiction", European Journal of Pharmacology, n.393(1-2), 2000, pp. 295-314.

DIZARD Jr., Wilson. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DRAWIN, C. R. O futuro da Psicologia: compromisso ético no pluralismo. In: BOCK, A. M. (Org.). Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez, 2003. p. 55-72.

ERIKSON, E. H. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

ESCOLA, Equipe Brasil. "Como Surgiu a Internet?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/como-surgiu-a-internet.htm>

INFOESCOLA. Comportamento. Disponível: <https://www.infoescola.com/comportamento/vicio-em-internet/>

INFOESCOLA. DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. "Dependência Digital"; Brasil Escola. Disponível: <http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/dependencia-digital.htm>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD 2011 – Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. 2011. Rio de Janeiro: Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=263999>

**G1. Crianças e adolescentes no celular: uso exagerado afeta o cérebro e a concentração;** veja o que fazer. Disponível:  
<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/14/criancas-e-adolescentes-no-celular-uso-exagerado-afeta-o-cerebro-e-a-concentracao-veja-o-que-fazer.ghtml>

GREENFIELD, David. As propriedades de dependência do uso de internet. In: YOUNG, Kiberly S.; ABREU, Cristiano Nabuco de. Dependência de Internet: Manual e guia de avaliação e tratamento. São Paulo: Artmed, 2011. Cap. 8. p. 169-190

KALLAS, M.B.L.N.- O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. Reverso, v.38, n.71, p.55-63, 2016. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010273952016000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952016000100006&lng=pt&nrm=iso)

KING, A. L. S.; NARDI, A. E.; CARDOSO, A. (Orgs.). NOMOFOBIA: Dependência do computador, internet, redes sociais? Dependência do telefone celular? O impacto das novas tecnologias no cotidiano dos indivíduos. São Paulo, SP: Atheneu, 2014. p. 327.

KOBAN, K., STEIN, J., ECKHARDT, V., & OHLER, P. Quid pro in Web 2.0 Connecting personality traits usage intensity to uncivil commenting intentions in public online discussions. Computers in Human Behaviors, 2017.

LIMA, Jair Donato; ANTUNES, Cilene Maria Lima; NANTES, Eliza Adriana Sheuer; FERNANDES, Cleonice, Terezinha. Uso em excesso do smartphone e os efeitos no cérebro adolescente. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 10, 28 de maio de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/10/uso-em-excesso-do-smartphone-e-os-efeitos-no-cerebro-adolescente>.

MAIA, A. C. C. de O.; MACHADO, S.; CARDOSO, A. A Relação do Indivíduo com o Telefone Celular e Implicações para a Saúde Mental.

MARIA, C.; MENDES BARBOSA, A. 7 Artigo A aprendizagem mediada por TIC: interação e cognição em perspectiva. v. 11, 2012.

MARTINS, Cláudio: médico psiquiatra, diretor da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP, presidente da Associação Psiquiátrica Cyro Martins - CCYM.

MARTINS, Natalia; MENEZES, Amanda; SEABRAEST, Alessandra GOTUZO. Alteração das Funções Executivas em crianças e adolescentes. Estudos Interdisciplinares em Psicologia: Est.Inter.Psicol., LONDRINA, v. 1, 15 jun. 2010 Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072010000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072010000100006).

MARTURANO, E. ELIAS, L.; CAMPOS, M. (2004). O percurso entre a meninice e a adolescência: mecanismos de vulnerabilidade e proteção. Em E. M. Marturano, M. B. M. Linhares & S. R. Loureiro (orgs.), Vulnerabilidade e proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento escolar (pp. 251-288). São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP.

MAZIERO, M. B. Nomofobia: uma revisão bibliográfica. São Miguel do Oeste, 2016

MAZIERO, Mari Bela; OLIVEIRA, Lisandra Antunes de. Nomofobia: uma visão bibliográfica. 2016.

MORAHAN-MARTIN J, Schumacher P. Incidence and correlates of pathological internet use among college students. Comp Human Behav. 2000; 16:13-29

OLIVEIRA, T. S., BARRETO, L. K., EL-Aouar, W. A., SOUZA, L. A., & PINHEIRO, L. V. (2017). Cadê meu celular? uma análise da nomofobia no ambiente organizacional. RAE-Revista de Administração de Empresas, 634 - 635. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a20v41n03/20410311.htm>

NARDI, ANTONIO EGIDIO, docente titular da UFRJ. O LABPR vem agregando pesquisadores de diferentes níveis e produzindo grande material científico, com financiamentos do CNPq, CAPES, CEPG-UFRJ, Instituto de Psiquiatria - UFRJ,

Ministério da Saúde e FAPERJ. (Fonte: LABPR. Disponível em: <<http://www.labpr-ufrj.com/>>.)

NUNES, Paula P. B.; ABDON, Ana Paula. V.; BRITO, Claudiana B. D; SILVA, Francisco V. M.; SANTOS, Ionara C. A.; MARTINS, Daniele de Q.; MEIRA, Phelipe M. F.; FROTA, Mirna A. **Fatores relacionados à dependência do smartphone em adolescentes de uma região do Nordeste brasileiro.** 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n7/2749-2758/>

OLIVEIRA, M. Vítimas da Dependência Digital. Obtido em: [https://istoe.com.br/326665\\_VITIMAS+DA+DEPENDENCIA+DIGITAL/](https://istoe.com.br/326665_VITIMAS+DA+DEPENDENCIA+DIGITAL/)

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: EdAMGH, 2013. p. 36-42.

PAPALIA, Diane E. MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento Humano. 14. ed. *Rio de Janeiro*: Ed. Porto Alegre, 2022. cap.11,348 p. ISBN 9786558040132.

PEREIRA, Cláudia. Nomofobia – A doença Moderna. 2013.

PICON, F. et al. Precisamos falar sobre tecnologia: caracterizando clinicamente os subtipos de dependência de tecnologia. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, v. 17, n. 2, p. 44-60, 2015.

RENATO, F. A história dos telefones celulares. 2012. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/06/historia-dos-telefones-celulares.html>.

ROSEN, L. Disorder. Is Facebook creating Disorders? The links between clinical symptoms of psychiatric disorders and technology use, attitudes and anxiety, Tradução Google Tradutor, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0747563212003172>>

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. Rev. Psicopedag., vol. 34, n. 103, São Paulo, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862017000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009).

SILVA, THAYSE DE OLIVEIRA. OS IMPACTOS SOCIAIS, COGNITIVOS E AFETIVOS SOBRE A GERAÇÃO DE ADOLESCENTES CONECTADOS ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lebiã Tamar Gomes Silva. 2016. TCC (Graduação) - Curso de Psicopedagogia, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA JOÃO PESSOA, 2016.

SILVA, T. DE O.; SILVA, L. T. G. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. Revista Psicopedagogia, v. 34, n. 103, p. 87–97, 2017.

SOUZA, K.; CUNHA, M. X. C. da. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. Revista Educacional, Psicologia e Interfaces, vol. 3, n.3, set./nov. 2019. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/156>

STEINBERG, L; MORRIS, A. S. (2001). Adolescent development. Annual Review of Psychology, 52, 83-110. Traduzido: Google tradutor.

TAO, R; YING, L, YUE, X. D; HAO, X. “Internet addiction: Exploration and intervention”. Shangai People’s Press. Shangai: China, n.12, 2007.

TAVARES, Hermano: médico psiquiatra, Pós-Doutor em Jogo Patológico pela Universidade de Calgary, coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (PRO-AMJO) e do Programa Ambulatorial Integrado dos Transtornos do Impulso (PRO-AMITI) do Instituto de Psiquiatria da USP. Disponível em: <https://www.abp.org.br/post/abp-tv-nomofobia>

TIC KIDS ONLINE BRASIL 2021: 78% das crianças e adolescentes conectados usam redes sociais, Cetic.br, 2022: <https://cetic.br/pt/noticia/tic-kids-online-brasil-2021-78-das-criancas-e-adolescentes-conectados-usam-redes-sociais/>

TORRES P. Dal Cin, Isabel Cristina. Dependência De Internet: um estudo com estudantes e profissionais da área de TI em Belo Horizonte. Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2013.

YEN, C., Yen, J. & Ko, C. (2010). Internet addiction: ongoing research in Asia. *World Psychiatry*. 9(2), 97.

YEN, J., Yen, C., Chen, C., Tang, T. & Ko, C. (2010). The association between adult ADHD symptoms and internet addiction among college students: the gender difference. *CyberPsychology & Behavior*. 12(2), 187-191. doi:10.1089/cpb.2008.0113.

YILDIRIM, C., & CORREA, A. Exploring the dimensions of nomophobia: Development and validation of a self-reported questionnaire. *Computer in Humans Behavior*, 2015.

ZYGMUNT, B. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

ZYGMUNT, B. Sobre educação e juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

## **DISCURSIVIDADES, REPRESENTAÇÕES E AUTONOMIA**

Carolline Leal Ribas

Jalber Luiz da Silva

### **Resumo**

O presente artigo investiga a geração de novos conhecimentos sobre as discursividades<sup>1</sup> plurais acerca de direitos e representações sociais de grupos discriminados, considerando que tal tema ainda é pouco debatido na academia brasileira sob a ótica interdisciplinar. Primeiramente, pretende-se discutir acerca dos fenômenos de *invisibilidade e visibilidade social*, associados à capacidade de grupos minoritários conseguirem repercutir suas pretensões no seio da sociedade. Tal invisibilidade dos grupos minoritários é aqui entendida como toda e qualquer falta de percepção da sociedade sobre estes grupos, por fragmentação ou fundada em estereótipos, quando não reproduzem a visão que estes grupos têm de si mesmos. Depois, tenta avaliar essas discursividades plurais - em especial aquelas propaladas entre grupos não-hegemônicos em face de discursos produzidos por grupos majoritários que representam práticas antirracistas - na perspectiva do pensamento de G. Spivak (2010) em *Pode um subalterno falar*, onde a autora propõe uma análise do tema da *agência dos sujeitos*, investigando\questionando a possibilidade de os subalternos expressarem autonomia em seus discursos.

**Palavras-chaves:** Discursividades. Pluralismo. Racismo. Subalternidade. Representações.

### **Resumen**

El presente artículo investiga la generación de nuevos conocimientos sobre las discursividades plurales acerca de derechos y representaciones sociales de grupos discriminados, considerando que tal tema aún es poco debatido en la academia brasileña bajo la óptica interdisciplinaria. En primer lugar, se pretende discutir sobre los fenómenos de invisibilidad y visibilidad social, asociados a la capacidad de grupos minoritarios para repercutir sus pretensiones en el seno de la sociedad. Tal invisibilidad de los grupos minoritarios aquí se entiende como toda falta de percepción de la sociedad sobre estos grupos, por fragmentación o basada en estereotipos, cuando no reproducen la visión que estos grupos tienen de sí mismos. Después, intenta evaluar esas discursividades plurales

---

<sup>1</sup> A concepção de dialogismo bakhtiniano propõe uma compreensão da linguagem em que, em última instância, o que predomina é a perspectiva da situação concreta, considerando o enunciado dentro de seu próprio contexto. Nessa esteira, afirma-se que a grande originalidade de Bakhtin foi ter proposto uma nova concepção de discurso, sobretudo, em profunda oposição ao simples objetivismo abstrato, bem como o chamado subjetivismo idealista (CAMPOS; SOUZA, 2005, p. 1).

-especialmente aquelas propaladas entre grupos no hegemônicos frente a discursos produzidos por grupos majoritários que representam práticas antirracistas- em la perspectiva del pensamiento de G. Spivak (2010) en Puede un subalterno hablar, donde la autora propone un análisis del tema de la agencia de los sujetos, investigando \ cuestionando la posibilidad de que los subalternos expresen autonomía en sus discursos.

## **ABSTRACT**

New knowledge about plural discursiveness; rights and social representations of discriminated groups; phenomenon of invisibility and social visibility, associated with the capacity of minority groups to be able to pass on their pretensions within society; plural discursivities - especially those promoted among non-hegemonic groups in the face of discourses produced by majoritarian groups representing anti-racist practices; agency of the subjects and the possibility of subordinates express autonomy in their speeches.

## **1 Visibilidade e invisibilidade dos direitos das minorias: os excluídos da sociedade**

Numa sociedade pluralista e heterogênea como a brasileira, é impossível não identificarmos a constituição de grupos ou classes, cada qual com suas semelhanças e objetivos. Por exemplo, tem se tornado muito organizado um grupo de pessoas que se mobilizam socialmente com a finalidade de reivindicarem seus direitos [re]conhecidos, tais como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o reconhecimento válido de seus efeitos pelo Estado.

Em relação a grupos minoritários, tem-se visto uma mobilização social e da opinião pública como fruto de sua organização, gerando, por consequência, uma visibilidade social de seus direitos. Entretanto, alguns questionamentos são necessários: por que grupos não tão bem engajados ou organizados têm sido preteridos em seus direitos em relação a outros grupos? O que leva a mobilização da opinião pública em favor de, ou contra, alguns grupos? E aqueles que não se encontram em nenhum grupo, também têm efetivados seus direitos?

Esses grupos minoritários seriam, na verdade, aqueles que histórica, social e politicamente podem ser constadas em uma luta significativa para a afirmação de direitos. Contudo, não se podem desconsiderar outras minorias que também sofrem discriminações, como, por exemplo, aquelas que são excluídas socialmente por possuírem

idade avançada, ou por pertencerem à determinada religião. Assim, importa ressaltar que não existe uma classificação restrita e taxativa de quem seriam os socialmente excluídos.

A invisibilidade, nesse sentido, é toda e qualquer falta de percepção, seja porque ela é fragmentada, seja porque ela não é a que condiz com a verdade sobre a percepção da realidade social. Não se pode dizer que um direito de uma minoria é invisível, porque esse não está presente apenas nos “debates” superficiais que acontecem na mídia. Um direito invisível não concretizado é aquele que não tem merecido atenção, e nem consideração quando se fala de políticas públicas, de ações políticas, de discussões acadêmicas, ou seja, de falta de percepção e discussão profundas, em sociedade, dos direitos dos discriminados ilicitamente.

A invisibilidade dos grupos minoritários pode ser entendida como toda e qualquer falta de percepção sobre estes grupos, seja porque ela é fragmentada, seja porque é baseada em estereótipos e não condiz com a visão que estes grupos têm de si mesmos. Soares explica que “invisibilidade pode ser produzida pela indiferença pública à sua presença — que nunca é somente física; é sempre também social — ou pela projeção sobre ele de estigmas, os quais dissolvem os aspectos singulares que o distinguem como pessoa humana” (SOARES, 2008, p. 197).

Adverte-se que invisibilidade significa não ser visto, mesmo estando presente no ambiente em questão. Um grupo ou um indivíduo normalmente é considerado invisível quando não se amolda aos padrões impostos pela sociedade, o que gera um sentimento de discriminação e não aceitação tanto por parte da vítima quanto por parte do resto da comunidade.

Segundo Minhoto (2009, p. 67), pode-se considerar a existência de dois grupos sociais. O primeiro deles constitui-se grupo dos incluídos, o qual abrange pessoas que conseguem garantir um mínimo existencial, tendo uma vida embasada na garantia do princípio da dignidade da pessoa humana. O segundo grupo refere-se ao dos excluídos, sendo que estes devem contar com a sorte, devendo lutar por um mínimo para sobrevivência com dignidade.

Ocorre que essa classificação não se limita às condições econômicas. Os excluídos são aqueles que não têm reconhecimento e respeito perante a sociedade, estando sujeitos à invisibilidade social acendida pelos estigmas e pelo sentimento de discriminação ou indiferença social.

Existe também, no âmago da problemática, uma perspectiva econômica que não

se pode esquecer. A atenção midiática à exposição das desigualdades sociais de maneira superficial gera venda e comercialização dessas mazelas. A mídia é, em parte, a responsável pelo alienamento social em que se encontra a sociedade brasileira e, conseqüentemente, pela geração da invisibilidade de outros grupos, entretanto, sem ser a única responsável. A administração da visibilidade por meio de recursos midiáticos constitui importante fator que pode repercutir no reconhecimento de um grupo perante o Poder Público e a sociedade. Isso porque a mídia pode estar atrelada a interesses diversos. Para Thompson (1998, p. 112), se o interesse for dar visibilidade a um ato, a um assunto, a um grupo, a mídia terá o papel de publicidade, a fim de divulgar, abrir ao público para que todos vejam e tenham conhecimento sobre aquele assunto. Mas se o interesse for limitar ou manter a invisibilidade, a mídia pode guardar aquele fato restrito a certo grupo de pessoas, não o divulgando nos meios de comunicação.

Não se pode dizer que um direito de uma minoria é invisível porque ele não está presente apenas nos “debates” superficiais que acontecem na mídia. Um direito invisível não concretizado é aquele que não tem merecido atenção, e nem consideração quando se fala de políticas públicas, de ações políticas, de discussões acadêmicas, ou seja, de falta de percepção e discussão profundas, em sociedade, dos direitos dos discriminados ilicitamente.

Essa miopia da percepção superficial e fragmentada não é de hoje. Apenas o seu redimensionamento midiático (especialmente televisivo) é mais recente. Foi essa miopia da percepção seletiva e lacunar e sua conseqüente visão acrítica da realidade que fez com que o Brasil tenha convivido com uma desigualdade naturalizada durante todo o seu processo de modernização, a qual já dura dois séculos, condenando 1/3 da população à subcidadania [sic] e a uma vida que não merece esse nome (SOUZA, 2006, p.9).

Quando não se debatem na esfera pública - ou na academia - os reais motivos da segregação e perpetuação dos tratamentos discriminatórios e da não-efetivação de direitos aos marginalizados, tratando-os como se fossem apenas uma questão de sorte, imperado pelas mãos do destino, reproduz-se a invisibilidade das minorias.

Quando há, reiteradamente, a sobreposição de uma minoria em relação à outra, priorizando sempre os mesmos temas e questionamentos não criativos, há sim uma máxima visibilidade de uma minoria em relação às outras. Dessa forma, faz-se necessária uma reflexão maior sobre os temas que são objetos de defesa frequente nas diversas esferas de discussões jurídicas, tendo em vista que esses são dotados de uma visibilidade,

no sentido de que são reconhecidos como os direitos das minorias. Contudo, a questão é exatamente saber se os temas abordados refletem de fato os direitos desses grupos, quer dizer, sob quais razões se funda a visibilidade de certos grupos de indivíduos na sociedade em detrimento de outros.

Nesse sentido, Souza (2006; p. 76) argumenta que a questão tem origem na legitimação do que o autor denomina como “práticas disciplinarizadoras já consolidadas institucionalmente”, o que seria mais evidente nas novas gerações. Assim, para que um debate seja legítimo na defesa dos grupos minoritários, é preciso, em primeiro lugar, que a sociedade desenvolva uma capacidade reflexiva, abandonando as ideias preconcebidas.

Essa discussão tem, estruturalmente, bases filosóficas e sociológicas e, por essa razão, não poderia partir de análises pré-formadas em âmbito apenas de reflexão jurídica, até mesmo porque envolve, como já explicitado, as considerações sobre o que seriam minorias, sobre quais bases estariam fundadas as desigualdades, e, sobretudo, sobre o papel da opinião pública na influência de quais classes seriam protegidas.

A visibilidade dos direitos das minorias tem, portanto, sua contrapartida na invisibilidade de direitos de outras classes, que precisariam também de proteção. A questão proposta neste texto é exatamente a necessidade de realização de uma análise mais crítica da situação, permitindo discussões com o intuito de proteção dos direitos de outros grupos que continuam renegados, o que só poderá ser alcançado a partir do abandono dos modelos consolidados.

## **2 Racismo, afroreligiosidade e representações na perspectiva da subalternidade.**

Esta seção pretende refletir sobre dois objetivos precípuos da minha pesquisa quanto à uma análise do tema da *agência* dos sujeitos, investigando\questionando a possibilidade de os subalternos “falarem” ou terem *autonomia*, na perspectiva do texto *Pode um subalterno falar?* de G. Spivak (2010).

O primeiro se refere à avaliação que tenho que realizar sobre a produção acadêmica na temática do Racismo e da intolerância religiosa no Rio de Janeiro contra os praticantes e adeptos das religiões de matriz africana, experiência na qual posso avaliar a construção e a fundamentação dos estudiosos da temática à luz de suas argumentações e fundamentações, “em nome dos sujeitos discriminados”. O segundo se refere ao tema central dessa pesquisa, precisamente uma avaliação dos discursos, narrativas e práticas

contra hegemônicas dos sujeitos discriminados pelas ações de intolerância, ou seja, os sujeitos subalternizados e suas vozes.

Avaliando a bibliografia do tema à luz dos autores pós-coloniais<sup>2</sup>, um aspecto me chamou a atenção: quase todos os textos trazem um esboço histórico bem definido do tema e uma análise filosófica bem construída a partir de um ponto de vista anti-hegemônico – os autores que li são da perspectiva chamada *decolonial*, de viés crítico marxista, posicionando suas colocações e análises do Sul para o Norte, invertendo a visão eurocêntrica dos autores clássicos. Porém, quanto ao aspecto de dar voz aos sujeitos discriminados, assumem o risco de cometer o “essencialismo” criticado por Spivak.

Spivak é uma das principais personagens do movimento intelectual conhecido como *pós-colonialismo*, o que a coloca no mesmo grupo daqueles autores. Na visão da autora mencionada, deve-se ter uma crítica às concepções baseadas na soberania do sujeito, o que manifesta uma divergência às ênfases que autores do pós-colonialismo dão a certas capacidades de agência de indivíduos, grupos e movimentos sociais.

A autora enfatiza que, ao trabalharmos com categorias que refletem movimentos abrangentes, o sujeito deve ser caracterizado pela heterogeneidade. Daí a importância de o intelectual não falar no lugar do subalterno, dado que tal ação sempre tende a pressupor uma essência a ser articulada pelo discurso especializado. No Brasil, não é muito difícil perceber essa abordagem nos diversos textos publicados sobre o tema Racismo, invariavelmente em nome de uma certa militância ou a partir de uma construção ou “certeza” de que todos os afrodescendentes estariam ali *representados*<sup>3</sup>. Uma questão medular para a autora é questionar as formas pelas quais os sujeitos do terceiro mundo têm sido representados pelos discursos hegemônicos. Um exemplo seria a categoria “trabalhador” que, quando referenciada a um contexto mundial, nega a divisão internacional do trabalho e as conjecturas do capitalismo global (op. cit.: 23-24).

Na leitura dos textos sobre Racismo, é possível perceber uma carência, quando não a ausência, das narrativas e discursos através dos quais os sujeitos discriminados poderiam projetar suas próprias representações sociais. Percebe-se também um cenário em que as novas gerações de militantes antirracistas já nascem “formatados” num *shape*

---

<sup>2</sup> GROSFOGUEL (2011); HALL (2003); QUIJANO (2002); SANTOS (2004), dentre outros.

<sup>3</sup> Na Sociologia, a expressão “representações sociais” tem o significado de um saber não técnico, partilhado socialmente, que se orienta para a gestão da relação do indivíduo com a realidade ou o mundo. Durkheim é considerado, na literatura da especialidade, como o inventor dessa expressão “representação social”.

pré-determinado ideologicamente, construído menos para servir a processos de formação cultural de pertença do que para atender a uma agenda ideológica de combate. A heterogeneidade desses sujeitos é amalgamada numa roupa adequada e politicamente correta, fazendo com que suas visões de mundo se fundam numa representação única<sup>4</sup>. Sendo assim, estamos falando da mesma avaliação que faz a autora quando adverte dos riscos desse essencialismo.

Então concordamos que o fenômeno do essencialismo denunciado por Spivak é cometido também pelos intelectuais brasileiros que militam contra o Racismo e que se servem da mesma estratégia. Problematizando, as suposições de *sujeito* propostas por estes intelectuais pressupõem um *fazer teórico* capaz de estar desconectado de contradições constitutivas ou de dimensões ideológicas, apontando a possibilidade de o pensador representar [ou falar por] um grupo, especialmente os oprimidos.

A autora pergunta: “Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno?” (op. cit.: 35-36). E eu pergunto: a que os intelectuais brasileiros do antirracismo devem estar atentos numa construção identitária desse subalterno pelo qual discursam? Para Spivak, “A questão da ‘mulher’ parece ser mais problemática nesse contexto”.

Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao do Terceiro Mundo), a condição de ser ‘negra’ ou ‘de cor’ perde o significado persuasivo. A estratificação necessária da constituição do sujeito colonial na primeira fase do imperialismo capitalista torna a categoria ‘cor’ inútil como um significante emancipatório (SPIVAK; op. cit.: 85).

De outra maneira, para a autora, essas posições somente são válidas se “estamos falando da consciência da mulher subalterna, ou, mais aceitável, do sujeito subalterno”. Ao tratarmos de uma *consciência negra* construída pela intelectualidade – mediante reflexões originadas nos pensamentos individuais de cada contribuinte -, cuja intencionalidade é abertamente ideológica e pretensamente “transformadora” da

---

<sup>4</sup> [...] o antirracismo no Brasil assume duas formas constituídas: uma que propõe a construção de uma “ordem justa”, equânime no atendimento ao cidadão individualmente, [*antirracismo igualitarista*] a partir das ideias e posições discutidas nos Estudos Raciais; a outra forma, expressada principalmente por acadêmicos críticos dos estudos raciais, mas também pelos movimentos sociais organizados, propõe a preservação da identidade/consciência cultural dos grupos de cor - negros e afrodescendentes [*antirracismo integracionista*] (SILVA; 2015).

heterogeneidade social, também deparamos com esse essencialismo quase supremo do sujeito pela sua marca ou cor da pele [e nesse caso, tantos os “brancos”, quanto os “negros”].

Spivak nos adverte que na sustentação desses discursos intelectuais preocupados em “falar” pelo outro estaria uma “pressuposição ou construção de uma consciência ou de um sujeito”. E que esse aspecto é o que realmente sustenta tais discursos. Ainda, o que é pior, “[...] a longo prazo”, irá unir-se “ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização”. Conclui a autora que “a mulher subalterna permanecerá tão muda quanto sempre esteve” (op. cit.: 85-86).

As dificuldades de agenciamento e os problemas de se supor um sujeito *essencializado e autônomo* podem aqui ser ilustradas pela situação dos afrobrasileiros que hoje encontram um pertencimento muito forte, do ponto de vista da religião, nas doutrinas disseminadas pelos *metadiscursos* messiânicos das igrejas evangélicas no Brasil.

Nas igrejas neopentecostais vamos encontrar um volumoso contingente de afrobrasileiros, muitos deles ex-umbandistas ou ex-candomblecistas, que propugnam por um posicionamento diametralmente oposto ao da “consciência ou identidade negra”. Estes afrobrasileiros que “não enxergam” a discriminação nas relações raciais do Brasil, apenas excluíram essa análise de suas representações pessoais, pois estão sob a égide de um pensamento coletivo ao qual se inscrevem por devoção. Talvez nem percebam quando se lhes ocorre a discriminação racial sistêmica; porém, a descrença neste fato não é uma garantia de que isso não lhes ocorrerá. Da mesma forma, um militante antirracista radical poderá, numa clivagem conduzida por simples indução do pensamento, ser levado a concluir que os mulatos ou pardos no Brasil são mais autoritários que os pretos *de marca*<sup>5</sup>.

Mas, diante de tanta violência epistêmica, onde situar o adepto das Umbandas e dos Candomblés? Em suas hostes, o que esses sujeitos estão engendrando como discursos contra hegemônicos? Essa é a direção da minha pesquisa e é sobre esse aspecto que a análise de Spivak vem me alertar. Ao mesmo tempo, pode também esclarecer como surgem nos debates do antirracismo esses posicionamentos que, por vezes, contribuem

---

<sup>5</sup> Em Defesa do Mestiço. Marilene Felinto; jornal Folha de São Paulo, 25/06/95; publicado em: [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno\\_especial/20.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/20.html) [visitado em 26.01.1028]

mais para a difusão de conceitos não muito bem legitimados na nossa construção histórica e cultural como afrodescendentes.

E quanto às nossas capacidades de agência? Diante dessa violência epistêmica, perpetrada por um projeto claro de desarticulação, silenciamento, negação e até demonização, como respondem esses sujeitos?

A meu ver, a originalidade da argumentação de Spivak em *Pode o Subalterno Falar?* refere-se à crítica aos relatos de representação do oprimido que, por trás de um verniz libertário, acabam por ajudar na manutenção de práticas essencialistas e imperialistas que resultam em violência epistêmica cotidiana. Vejo isso tanto na ação daquele militante antirracista que me detraí por ser mestiço mulato assumido – pois ele conclui que eu rejeito a minha “identidade negra”<sup>6</sup> - quanto na atitude aquela professora de pele preta, evangélica, que me excomunga na sala de aula quando vê minhas “guias de santo” expostas.

A autora tem como objetivo demarcar os “perigos” das análises que buscam a “consciência” dos grupos subordinados. O problema central seria a incapacidade de percepção das dificuldades, tanto do pesquisador [ou intelectual pós-colonial] quanto dos movimentos sociais, de se desafiar certa cadeia hegemônica de signos [op. cit.: 85-87]. Essas cadeias hegemônicas, no material que pretendo pesquisar, poderão me revelar se realmente foram os movimentos intelectuais e as teologias hoje difundidas no pensamento comum do brasileiro quem realmente criou essas representações recorrentes.

Quando me deparei com diversos textos de discussão contra o Racismo religioso que só admitiam uma matriz africana para os Candomblés, ignorando as Umbandas ou as tratando como “matriz fraca” “mestiçada”, “abrasileirada”, “*macumbinha*” - em contraponto ao “*candomblé de orixás, ‘puro’, de nação ketu de Salvador-BA*” - percebi que já havia um projeto equivocado, epistemicída, politicamente bem posicionado e que se vale desse discurso para [não] me representar.

Sem ouvir essas vozes subalternizadas, as pesquisas servem mais para, de um lado, “mapear”, classificar, categorizar as práticas do Racismo\Intolerância no Brasil e de outro, observar as diversas políticas públicas difundidas contra essas práticas, o que, sem dúvida, é importante; porém, deixando de focalizar o registro e análise das narrativas individuais e coletivas de refluxo do pensamento\ação dos adeptos discriminados na sua

---

<sup>6</sup> Do meu posicionamento, aprendi que tenho uma identidade afrobrasileira, construída a partir de uma “consciência livre”.

aforreligiosidade, cria uma lacuna que prejudica uma real visão\interpretação do problema. Ou, segundo a avaliação da autora, cria a sua própria representação dos sujeitos pesquisados e de suas práticas cotidianas, passando a trabalhar menos com dados da realidade do que sua própria interpretação dessa mesma realidade.

Na argumentação da autora, os sucessos ou fracassos de deslocamentos do campo discursivo não devem, em geral, ser relacionados a um maior nível, ou progresso, de consciência de uma realidade social. Seria permanente o problema de toda investigação tender para uma busca positivista que tenta “revelar” a verdade de um sujeito, grupo ou classe, o que, segundo Spivak, gera vastas consequências negativas.

Mas, sabemos que esses textos e pesquisas vão alimentar os bancos de dados dos órgãos de ensino e pesquisa que, por sua vez, instruem as políticas públicas adotadas contra o Racismo. No Brasil, essas políticas são resultado de algumas conquistas dos movimentos sociais, como a criação das Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial, que por vezes juntam num mesmo caldeirão indígenas, quilombolas, “negros” [e não pretos e pardos ou afrobrasileiros], deficientes, idosos e até... mulheres, agora todos tratados como minorias identitárias. Não seriam essas reproduções construídas para instruir um projeto identitário determinista?

### **Referências bibliográficas**

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECKER, H. Saul. Outsiders: estudos de sociologia do desvio [trad. Borges, M<sup>a</sup>. Luiza X.] Rio de Janeiro; 1<sup>a</sup> ed. J. Zahar; 2008.

CAMPOS, D.; SOUZA, N.B. Bakhtin e a Educação. Educar e resgatar valores. Interletras Dourados-Mg. V.2, p. 01-13, 2010.

CARVALHO, José Carlos de Paula (Agosto 1997), Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas, (discurso proferido nos Seminários de Cultura, Escola e Cotidiano Escolar, FEUSP, 1996).

COSTA, Sérgio. Dois Atlânticos: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília, 2005, p. 39-62.

- GROSGUÉL, Ramon. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. In *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, N.14: 341-355, janeiro-junho 2011.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade [tradução de Tomaz Tadeu e Guaraciara Lopes Louro]; 7. ed. - Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
- QUÍJANO, Aníbal (2002), "Colonialidade, poder, globalização e democracia", in *Novos Rumos*, nº37, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, pp.4-28.
- SANTOS, B. Sousa. Meneses, Maria Paula G.; Nunes, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In *Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (Boaventura de Sousa Santos (Org.)), 2004, Porto: Afrontamento [texto baixado do endereço eletrônico da revista do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/2/2.php>].
- SILVA, J. Luiz da. Epistemicídio contra os saberes e conhecimentos da religiosidade afrobrasileira na educação básica: o caso do Jongo do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGEduc\UFRRJ; Seropédica, 2015.
- SILVA, Jalber L. da. Candomblé da Bahia, mito da pureza e racismo epistémico no material didático escolar [p. 189 e seg.]; in *Educação e Axé: Uma perspectiva intercultural na educação*. Fernandes, Ana P. C. *et al* [orgs.]. Rio de Janeiro: Ed. Milenium; 1ª ed.; 2015-A.
- SILVEIRA, Marcelo. Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais: Estudo da Retórica e da Argumentação no culto religioso. Tese de doutoramento defendida no Programa de Filologia e Língua Portuguesa, USP. São Paulo, 2007.
- SOARES, Luiz Eduardo. Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- SOUZA, Jesse (org). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Trad. Almeida, S. R. G. et al; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WERNECK, Jussara. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2010.

